

# A REDUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS E A QUEDA DA DESIGUALDADE NACIONAL DE RENDA, 1981-2009

Pedro H. G. Ferreira de Souza<sup>1</sup>

Rafael Guerreiro Osorio<sup>2</sup>

O objetivo deste trabalho é descrever o processo em curso de convergência de renda entre o Brasil metropolitano e o não metropolitano, investigando alguns dos seus motivos e destacando sua importância para a queda da desigualdade interpessoal de renda. A análise mostra que, desde o início dos anos 1980, a renda domiciliar *per capita* cresceu em ritmo muito mais rápido no Brasil não metropolitano, sendo que mais de 60% deste crescimento derivou da contribuição da renda do trabalho. Por outro lado, nas regiões metropolitanas, cerca de dois terços do aumento da renda resultaram da expansão da Previdência Social. No período 1981-2009, a redução da desigualdade entre as grandes metrópoles e o resto do Brasil respondeu por 51% da queda total da desigualdade; no período 1995-2009, por 20%. Caso não tivesse havido essa convergência, a desigualdade de renda em 2009 seria cerca de 10% maior do que a observada.

**Palavras-chave:** regiões metropolitanas; desigualdade regional; desigualdade de renda.

## THE REDUCTION IN REGIONAL DISPARITIES AND THE DECLINE OF INCOME INEQUALITY IN BRAZIL, 1981-2009

This paper aims to describe the ongoing process of regional convergence among Brazilian metropolitan areas and the rest of the country, examining its main reasons and highlighting its importance to the overall decline in income inequality. Our analysis shows that, since the early 1980's, per capita real incomes grew faster in non-metropolitan areas, which were propelled by a booming labor market which accounted for over 60% of the growth. On the other hand, about two-thirds of the income growth in metropolitan areas was caused by the expansion of Social Security benefits. Between 1981 and 2009, the decrease in inequality between metropolitan and non-metropolitan areas accounted for 51% of the total decrease in income inequality; between 1995 and 2009, 20%. Had this convergence not occurred, per capita income inequality in 2009 would be 10% higher than observed.

**Keywords:** metropolitan regions; regional inequality; income inequality.

## LA REDUCCIÓN DE LAS DISPARIDADES REGIONALES Y LA CAÍDA DE LA DESIGUALDAD DE INGRESOS AL NIVEL NACIONAL, 1981-2009

El objetivo de este trabajo es describir el proceso actual de convergencia entre las regiones brasileñas metropolitanas y el resto del país; examina los principales motivos de esta evolución y la importancia de dicho proceso en la reducción global de la desigualdad de ingresos. Nuestro análisis muestra que, desde el principio de los años 1980, los ingresos reales per cápita aumentaron mucho más rápido en las áreas no metropolitanas, dinamizadas por un mercado laboral en plena expansión responsable de más del 60% del crecimiento en dichas zonas. Por otra parte, dos

---

1. Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

2. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

tercios del aumento de los ingresos en las regiones metropolitanas se deben a la expansión de las prestaciones de seguridad social. Entre 1981 y 2009, la reducción de las desigualdades entre las regiones metropolitanas y no metropolitanas representaba el 51% de la reducción global de las desigualdades; entre 1995 y 2009, solo representaba el 20%. Sin esta convergencia, la desigualdad de ingresos per cápita en 2009 hubiera sido 10% superior a lo observado.

**Palabras-clave:** regiones metropolitanas; desigualdades regionales; desigualdad de ingresos.

## LA RÉDUCTION DES DISPARITÉS RÉGIONALES ET LA CHUTE DES INÉGALITÉS DE REVENU AU NIVEAU NATIONAL, 1981-2009

Ce travail a pour objectif de décrire le processus actuel de convergence entre les régions métropolitaines du Brésil d'une part et le reste du pays de l'autre; il se penche sur ses principaux facteurs et met en évidence le rôle de ce processus dans le déclin global des inégalités de revenus. Notre analyse montre que, depuis le début des années 1980, le revenu réel par tête a augmenté beaucoup plus rapidement dans les régions non métropolitaines, dynamisées par un marché du travail en plein essor responsable de plus de 60% de leur croissance. D'autre part, l'augmentation des revenus dans les régions métropolitaine s'explique à hauteur de deux tiers par l'expansion des prestations de sécurité sociale. Entre 1981 et 2009, la réduction des inégalités entre les zones métropolitaines et non métropolitaines représentait 51% de la réduction globale des inégalités, contre 20% entre 1995 et 2009. Sans cette convergence, les inégalités de revenu par tête en 2009 auraient été 10% plus élevées que les chiffres effectivement observés.

**Mots-clés:** régions métropolitaines; inégalités regionales; inégalités de revenu.

**JEL:** R11; D63.

### 1 INTRODUÇÃO

Na última década, a combinação de crescimento econômico com redução da desigualdade na distribuição interpessoal da renda gerou ganhos de bem-estar para todos e diminuição acentuada da pobreza. Porém, o desempenho não foi uniforme no território, e o foco na distribuição nacional de renda às vezes relega ao segundo plano algumas mudanças recentes e relevantes na desigualdade regional. A diminuição do abismo que separava as regiões metropolitanas do restante do Brasil, em particular, nem sempre é considerada nas análises da queda da desigualdade de renda.

O objetivo deste trabalho é chamar atenção a esse fenômeno – extremamente positivo –, analisando alguns dos motivos da convergência de renda entre o Brasil metropolitano e o não metropolitano, e sua contribuição para a reconfiguração e a queda da desigualdade.

A análise conduzida sugere que o menor crescimento econômico das grandes metrópoles deriva de modificações na distribuição espacial das atividades produtivas, o que teria contribuído para a diminuição das desigualdades regionais. Apesar de o ritmo mais lento ser fonte de insatisfação para os governantes e os habitantes das regiões metropolitanas, um dos caminhos para um país internamente menos desigual é o crescimento relativo mais acelerado das regiões não metropolitanas,

que contribuiu para desbastar a desigualdade interpessoal de renda. Se nas últimas décadas não tivesse havido convergência, e a razão entre as rendas médias do Brasil metropolitano e do não metropolitano, em 2009, fosse idêntica à de 1981, a desigualdade brasileira seria quase 10% mais alta.

Neste texto, a análise dos resultados que apontam a convergência de renda entre as regiões metropolitanas e o restante do país é precedida por uma breve discussão sobre desigualdades regionais e por uma seção que recapitula parte da história do processo de institucionalização das regiões metropolitanas (RMs). A análise propriamente dita começa pela caracterização da evolução da renda média das RMs e do resto do Brasil de 1981 a 2009, e depois envereda pelos efeitos da convergência regional de renda para a desigualdade interpessoal de renda. A seção final resume as principais conclusões que podem ser tiradas da análise.

## 2 REGIÕES METROPOLITANAS E DESIGUALDADE REGIONAL

### 2.1 O debate sobre desigualdade regional: um breve resumo

As controvérsias sobre as causas e tendências das desigualdades regionais vêm de longa data. Os trabalhos de Myrdal (1957) e Williamson (1965), por exemplo, são formulações clássicas de duas perspectivas muito distintas: enquanto o primeiro destacou o vínculo entre o funcionamento do mercado e a desigualdade regional, o segundo defendeu um modelo neoclássico, ancorado em retornos decrescentes ao capital e à tecnologia exógena, para postular que o aperfeiçoamento dos mercados promoveria a convergência regional do produto *per capita*.

Mais recentemente, a hipótese de convergência foi defendida empiricamente por Barro e Sala-i-Martin (1991, 1992), por exemplo, o que foi questionado por Quah (1993, 1997), entre outros, que chamou a atenção para fenômenos como a polarização e a formação de clubes de convergência. Enquanto isso, abordagens alternativas passaram a insistir no papel de retornos crescentes e economias de aglomeração (Krugman, 1991; Krugman e Venables, 1995) e do desenvolvimento tecnológico endógeno (Romer, 1986) na estruturação das desigualdades produtivas regionais.

No Brasil e na América Latina, o debate ganhou força em meados do século passado, no bojo das teorias sobre desenvolvimento. *Grosso modo*, havia em comum entre muitos autores do período a ideia de que o subdesenvolvimento caracterizava-se pela industrialização restrita e pela heterogeneidade estrutural do aparelho produtivo, que tendia a reproduzir e acentuar as desigualdades regionais.

Assim, por exemplo, Costa Pinto (1965) definiu as sociedades em desenvolvimento como sociedades desigualmente desenvolvidas, marcadas pela “marginalidade estrutural”. Frank (1973) interpretou a desigualdade interna

dos países subdesenvolvidos como a replicação em plano nacional das relações metrópole-satélite, com metrópoles regionais que se nutrem do “atraso” das demais regiões em sua zona de influência. Furtado (1974, 2003) pensou o subdesenvolvimento como consequência do impacto, nas sociedades periféricas, de processos técnicos gerados nos países centrais. Para ele, a industrialização significou a emergência de um setor industrial restrito para atender ao padrão de consumo das elites modernizadas, o que resultava em desequilíbrios estruturais, como o aumento da produtividade do trabalho e das economias de aglomeração neste setor, ao mesmo tempo em que o excedente estrutural de mão de obra era ampliado, acirrando as disparidades regionais. Lopes (1978) destacou o descolamento dos processos de urbanização (“generalizada”) e industrialização (“restrita”) e a colaboração dos subsídios cambiais e financiamentos governamentais para o desenvolvimento da região Centro-Sul, o que redundou no aumento das disparidades regionais e da concentração industrial.

Independentemente dos seus méritos, essas análises reforçam a interpretação – e o lamento – tradicional das desigualdades regionais como constitutivas do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Com efeito, a literatura empírica sobre o tema é cada vez mais numerosa. Os resultados dependem, de modo geral, do período de referência, dos conceitos de desigualdade e convergência e, sobretudo, como mostram Resende e Magalhães (2013), das unidades de análise.

De qualquer modo, alguns dos fatos estilizados que emergem da literatura apontam: para o caráter histórico da pobreza relativa do Nordeste (Barros, 2011); para os sinais de convergência entre Unidades da Federação entre o início dos anos 1970 e meados dos anos 1980 (Ferreira e Diniz, 1995; Azzoni, 1997; Ferreira, 2000) e na primeira década dos anos 2000 (Resende e Magalhães, 2013); para a formação de clubes de convergência entre municípios no período mais recente, com maior crescimento para os municípios do Sul/Sudeste/Centro-Oeste (Laurini, Andrade e Pereira, 2005; Gondim, Barreto e Carvalho, 2007; Magalhães e Miranda, 2009); e para a queda do prêmio salarial urbano *vis-à-vis* áreas rurais, principalmente entre trabalhadores com salários mais elevados (Cruz e Natichionni, 2012).

## 2.2 Institucionalização e características das regiões metropolitanas

O objetivo deste trabalho é complementar a literatura a partir de um olhar para um recorte regional relativamente pouco estudado: as regiões metropolitanas brasileiras. Mais especificamente, se está interessado em esclarecer os determinantes imediatos de mudanças na desigualdade entre estes dois tipos de regiões e, depois, entender como a desigualdade entre regiões metropolitanas e não metropolitanas contribui para a desigualdade de renda entre indivíduos no Brasil.

A preocupação em demarcar regiões metropolitanas no Brasil remete à acelerada urbanização do país na primeira metade do século XX e à necessidade de articulação para prestação de serviços públicos. Politicamente, o processo culminou com a criação, no biênio 1973-1974, de nove regiões metropolitanas oficiais: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Como lembram Branco, Pereira e Nadalin (2013), a delimitação das RMs foi largamente baseada na proposta de Galvão *et al.* (1969), que já haviam identificado esses nove centros a partir de critérios demográficos, estruturais e de integração.

Sua institucionalização pelo governo militar vinculava-se à estratégia de desenvolvimento enunciada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado no fim de 1974. Organizada em dois conselhos – um deliberativo e um consultivo – e com incentivos financeiros do governo federal, as RMs deveriam ser “um meio e instrumento da política do Estado central para desenvolver o país, por meio da canalização de investimentos para esses territórios” (Ipea, 2010, p. 647). Seu papel, portanto, era de promoção do planejamento e da prestação de serviços comuns em um contexto de rápido adensamento demográfico e de novos desafios e problemas que, supunha-se, só poderiam ser resolvidos de forma integrada.

Com efeito, durante os anos 1970, as RMs foram objetos privilegiados de órgãos do planejamento estatal, como foi o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) (Rocha, 2000). Na prática, as RMs reproduziram as características autoritárias e centralizadoras da época, com forte ingerência do governo federal e com municípios relegados a um papel subalterno. Dadas estas características e as próprias falhas de articulação entre as esferas de governo, a gestão metropolitana acabou sendo esvaziada e enfraquecida desde a redemocratização, que trouxe em seu bojo fortes demandas dos municípios por maior participação (Souza, 2003).

A partir da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade para institucionalizar novas unidades regionais ou alterar a composição das já existentes passou aos governos estaduais, sem que fossem estabelecidos quaisquer critérios comuns de regulação. Com isso, houve uma proliferação do número de RMs, muitas das quais se afastam muito daquilo que o senso comum caracterizaria de fato como um aglomerado metropolitano, o que prejudica a legitimidade de sua institucionalização (Garson, 2009). No início de 2010, por exemplo, havia no Brasil 39 regiões metropolitanas (RMs) e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Rides), envolvendo um total de 476 municípios, caracterizando um processo de “metropolização institucional” extremamente

fragmentado, que não se fez acompanhar pela criação de fato de sistemas de gestão metropolitana (Ipea, 2010).<sup>3</sup>

Nesse contexto, como o objetivo do trabalho é entender a relação entre a desigualdade interpessoal de renda e a desigualdade regional associada à emergência de grandes núcleos metropolitanos ao longo do século XX, optou-se por levar em conta apenas as nove RMs originais na análise. Nossa pergunta diz respeito, portanto, à evolução da posição relativa dos grandes centros urbanos que despontaram durante o período de rápida industrialização e urbanização do país.

Esse grupo original de RM há muito se destaca do resto do Brasil em algumas dimensões fundamentais, embora haja sinais claros de mudanças em curso. As tabelas 1 e 2 ilustram o forte processo de concentração populacional nas RMs em meados do século XX e a tendência mais recente de convergência das taxas de crescimento anual entre as RMs e o resto do Brasil. Em 1940, elas abrigavam pouco menos de 16% da população brasileira; em 1980, já eram quase 30%. A população da RM de São Paulo foi a que mais cresceu: era oito vezes maior em 1980 quando comparada a 1940, enquanto a população brasileira cresceu apenas 2,9 vezes.

TABELA 1  
População das regiões metropolitanas, do resto do Brasil e do Brasil como um todo (1940-2010)  
(Em milhões)

Região	População							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Belém	0,2	0,3	0,4	0,7	1,0	1,4	1,8	2,0
Belo Horizonte	0,4	0,6	1,0	1,7	2,7	3,5	4,3	4,9
Curitiba	0,3	0,3	0,5	0,9	1,5	2,1	2,7	3,1
Fortaleza	0,3	0,5	0,7	1,1	1,7	2,4	3,0	3,5
Porto Alegre	0,6	0,8	1,3	1,8	2,5	3,2	3,7	4,0
Recife	0,6	0,8	1,3	1,8	2,4	2,9	3,3	3,7
Rio de Janeiro	2,2	3,2	4,8	6,9	8,8	9,8	10,9	11,7
Salvador	0,3	0,5	0,7	1,1	1,8	2,5	3,0	3,5
São Paulo	1,6	2,7	4,7	8,1	12,6	15,4	17,9	19,7
<b>Total das RM</b>	6,5	9,6	15,4	24,1	34,8	43,3	50,7	56,1
<b>Resto do Brasil</b>	34,7	42,3	54,9	69,0	84,2	103,5	119,1	134,7
<b>Brasil</b>	41,2	51,9	70,3	93,1	119,0	146,8	169,8	190,7

Fonte: Ipeadata.  
Elaboração dos autores.

3. Com exceção das nove RMs originais, todas as outras foram criadas a partir de meados dos anos 1990. A Ride, por exemplo, que é comumente agrupada às demais RMs, foi institucionalizada apenas em 1998 e, por esse motivo, não foi considerada na análise dos autores.

TABELA 2  
**Taxa média anual de crescimento populacional das regiões metropolitanas, do resto do Brasil e do Brasil como um todo (1940-2010)**  
 (Em %)

Região	Taxa média anual de crescimento						
	1940-50	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Belém	2,7	4,6	4,8	4,3	3,2	2,8	1,3
Belo Horizonte	3,7	5,6	5,8	4,5	2,8	2,4	1,1
Curitiba	2,5	5,1	4,8	5,5	3,2	3,2	1,4
Fortaleza	3,1	4,0	4,7	4,2	3,8	2,4	1,7
Porto Alegre	2,9	4,0	3,4	3,5	2,7	1,6	0,6
Recife	3,9	4,1	3,8	2,7	2,0	1,5	1,0
Rio de Janeiro	3,6	4,3	3,6	2,4	1,1	1,2	0,7
Salvador	3,3	4,7	4,6	4,4	3,5	2,1	1,4
São Paulo	5,4	5,9	5,6	4,5	2,1	1,6	1,0
<b>Total das RM</b>	3,9	4,8	4,6	3,7	2,2	1,8	1,0
<b>Resto do Brasil</b>	2,0	2,6	2,3	2,0	2,1	1,6	1,2
<b>Brasil</b>	2,3	3,1	2,8	2,5	2,1	1,6	1,2

Fonte: Ipeadata.  
 Elaboração dos autores.

A partir de 1980, pode-se verificar o que Andrade e Serra (2001a) chamaram de processo de reversão da polarização populacional, com a emergência das cidades médias, que vêm crescendo em um ritmo mais forte que o dos grandes centros urbanos (ver também Lemos, 2006). Isso pode ser percebido na convergência entre as taxas de crescimento médio anual das RMs e do resto do Brasil, que fez com que a participação destas na população total tenha permanecido razoavelmente constante desde 1980, em torno de 30%.

Nas últimas três décadas, a RM de São Paulo – que apresentara anteriormente as maiores taxas de crescimento populacional, por ser um dos principais destinos migratórios do país – registrou taxas iguais ou inferiores às de outras RM. Assim, recentemente o crescimento da população metropolitana está concentrado em RMs menores, como Curitiba e Fortaleza. Além disso, há indícios de que o crescimento das periferias tem superado largamente o dos núcleos metropolitanos, o que não se verificava antes da década de 1970 (Brito e Souza, 2005).

No que diz respeito à renda, relativamente poucos estudos olham especificamente para as regiões metropolitanas. Andrade e Serra (2001b) constroem estimativas para o produto interno bruto (PIB) dos municípios brasileiros entre 1975 e 1996 e concluem que as duas maiores aglomerações urbanas nos anos 1970 – São Paulo e Rio de Janeiro –, tiveram pior desempenho

econômico do que outras RMs e do que muitos centros econômicos regionais. Por meio de regressões quantílicas, Cruz e Natichionni (2012) mostram que o prêmio salarial associado às RM, em comparação com áreas rurais, caiu substancialmente entre 2002 e 2009, principalmente para os trabalhadores com maiores salários.

As tabelas 3 e 4 apresentam, respectivamente, a participação das RMs e do Brasil não metropolitano no PIB nacional e seus PIBs *per capita* entre 1970 e 1996 e entre 1999 e 2010. Cabe observar que, em função de diferenças metodológicas, os números dos dois períodos não são comparáveis entre si.<sup>4</sup>

Nas duas tabelas, se vê que a participação global das RMs na economia brasileira caiu tanto no período 1970/1996, quanto entre 1999 e 2010. Em particular, as duas RMs mais ricas há quarenta anos – São Paulo e Rio de Janeiro – apresentam taxas de crescimento inferiores não só às demais RMs, como também ao resto do Brasil. Embora permaneça em média mais pobre do que as RMs, o Brasil não metropolitano tem crescido a taxas sistematicamente maiores.

TABELA 3

**Participação no PIB nacional das regiões metropolitanas, do resto do Brasil e do Brasil (1975-1996 e 1999-2010)**  
(Em %)

Regiões	Participação no PIB nacional					
	1970	1996	$\Delta$ (p. p.)	1999	2010	$\Delta$ (p. p.)
Belém	0,6	0,8	0,1	0,6	0,6	0,0
Belo Horizonte	2,8	3,9	1,2	2,8	3,2	0,4
Curitiba	1,4	2,8	1,3	2,3	2,5	0,2
Fortaleza	0,8	1,4	0,5	1,3	1,3	0,1
Porto Alegre	3,6	3,9	0,4	3,2	2,9	-0,3
Recife	1,8	1,9	0,1	1,5	1,6	0,1
Rio de Janeiro	14,6	10,3	-4,3	9,4	7,3	-2,1
Salvador	1,7	2,4	0,6	2,1	2,0	-0,1
São Paulo	26,3	20,8	-5,5	21,1	18,6	-2,5
<b>Total das RM</b>	53,6	48,0	-5,5	44,2	40,0	-4,2
<b>Resto do Brasil</b>	46,4	52,0	5,5	55,8	60,0	4,2
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-

Fonte: Ipeadata.

Elaboração dos autores.

Obs.: as estimativas de Reis *et al.* (2004) para o PIB municipal de 1970 a 1996 refletem o PIB a custo de fatores. Os dados do IBGE para 1999/2010 são a preços de mercado.

4. O PIB municipal para 1970 a 1996 foi estimado por Reis *et al.* (2004) a custo de fatores. Para o período 1999-2010, os valores divulgados pelo IBGE referem-se ao PIB a preços de mercado. Mais detalhes em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>.



TABELA 4  
**PIB per capita das regiões metropolitanas, do resto do Brasil e do Brasil (1975-1996 e 1999-2010)**  
 (Em R\$ mil)

Regiões	PIB per capita (R\$ 2.000,00).					
	1970	1996	$\Delta$ (%)	1999	2010	$\Delta$ (%)
Belém	2,9	4,5	54	3,9	5,0	28
Belo Horizonte	5,0	9,4	88	7,4	11,0	49
Curitiba	5,1	10,8	112	9,9	13,3	34
Fortaleza	2,4	4,8	102	4,9	6,3	29
Porto Alegre	6,3	10,7	70	9,9	12,5	26
Recife	3,0	5,7	92	5,3	7,4	41
Rio de Janeiro	6,5	9,3	43	9,9	10,5	6
Salvador	4,7	8,0	71	7,9	9,5	20
São Paulo	10,0	11,7	17	13,5	15,9	17
<b>Total das RMs</b>	6,9	9,6	40	10,0	12,0	20
<b>Resto do Brasil</b>	2,1	4,4	111	5,4	7,5	39
<b>Brasil</b>	3,3	5,9	79	6,8	8,8	30

Fonte: Ipeadata.

Elaboração dos autores.

Obs.: as estimativas de Reis *et al.* (2004) para o PIB municipal de 1970 a 1996 refletem o PIB a custo de fatores. Os dados do IBGE para 1999/2010 são a preços de mercado.

Boa parte destas mudanças decorreu da desconcentração da produção industrial, como mostram as tabulações feitas por Lemos *et al.* (2003) com base nos dados de Andrade e Serra (2000): em 1975, as RMs respondiam por 60% do produto industrial no país; em 1996, por 50%. Somente a participação da RM de São Paulo caiu de 37% para cerca de 25%. O processo parece ter continuado para além de meados dos anos 1990, como mostra o trabalho de Ramos e Ferreira (2005): entre 1995 e 2003, período entre a estabilização econômica e a retomada do crescimento, o desempenho do conjunto das RMs foi bem inferior ao do Brasil não metropolitano no que diz respeito à expansão tanto do emprego formal, quanto do formal industrial. Neste último caso, houve inclusive um retrocesso no número absoluto de empregos, puxado, mais uma vez, pelos maus números de São Paulo e Rio de Janeiro. Como escrevem Ramos e Ferreira (2005), os maiores beneficiários desse declínio dos grandes polos industriais brasileiros foram, em geral, as áreas não metropolitanas de seus próprios estados e, em alguns casos, os estados vizinhos.

Todas essas evidências sugerem uma mudança na relação entre as RMs e o resto do Brasil. Estes dois grupos regionais apresentam trajetórias antagônicas nas últimas décadas, que implicaram na reconfiguração do perfil regional da pobreza e da desigualdade. Ao se ater apenas aos números agregados para o Brasil como um todo, perde-se de vista a diferença entre as duas trajetórias, que no total nacional às vezes se anulam.

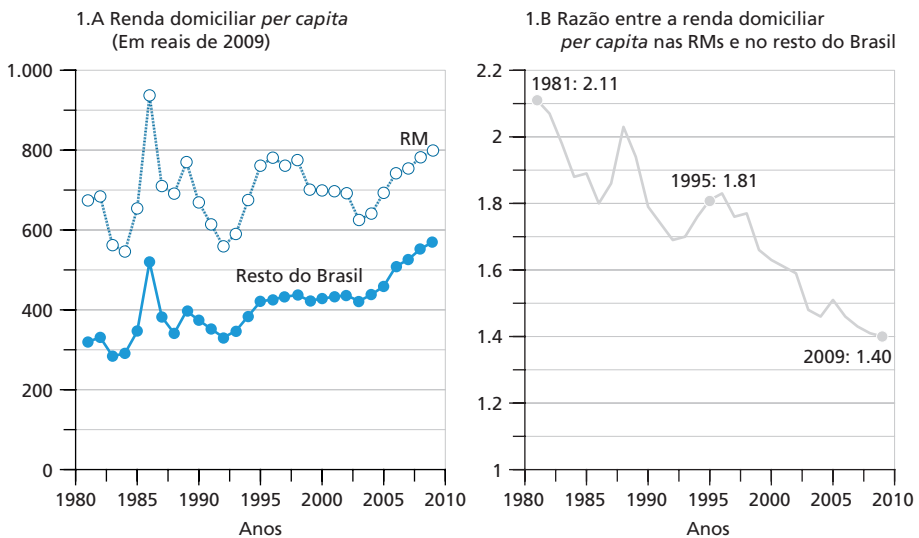
### 3 DECOMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES NA RENDA *PER CAPITA* DAS REGIÕES NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

O movimento de longo prazo de convergência de renda média entre as RMs e o resto do Brasil também pode ser detectado na renda domiciliar *per capita* verificada a partir da PNAD e exibida nos painéis do gráfico 1. De 1981 a 2009, a razão entre a renda domiciliar *per capita* média nas RMs e no resto do Brasil caiu 33%, de 2.11 para 1.4.

Inicialmente a convergência foi mais intensa em períodos de crise econômica, como no começo e no final dos anos 1980, e na segunda metade dos anos 1990. Nestes períodos, a renda nas RMs caiu significativamente, enquanto o resto do Brasil manteve-se estável. Em meados dos anos 2000, há uma leve desaceleração da convergência, ao mesmo tempo em que se delineia uma tendência sólida de crescimento da renda média em todo o país. Logo em seguida, contudo, o Brasil não metropolitano volta a crescer mais rapidamente do que as RMs.

#### GRÁFICO 1

#### Renda domiciliar *per capita* no conjunto das RMs, no resto do Brasil e a razão entre ambas (1981-2009)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: para manter a compatibilidade da série, a área rural da região Norte, exclusive Tocantins, foi descartada, bem como domicílios com renda ignorada. Em todos os gráficos, os dados para os anos de 1991, 1994 e 2000 foram obtidos por interpolação linear.

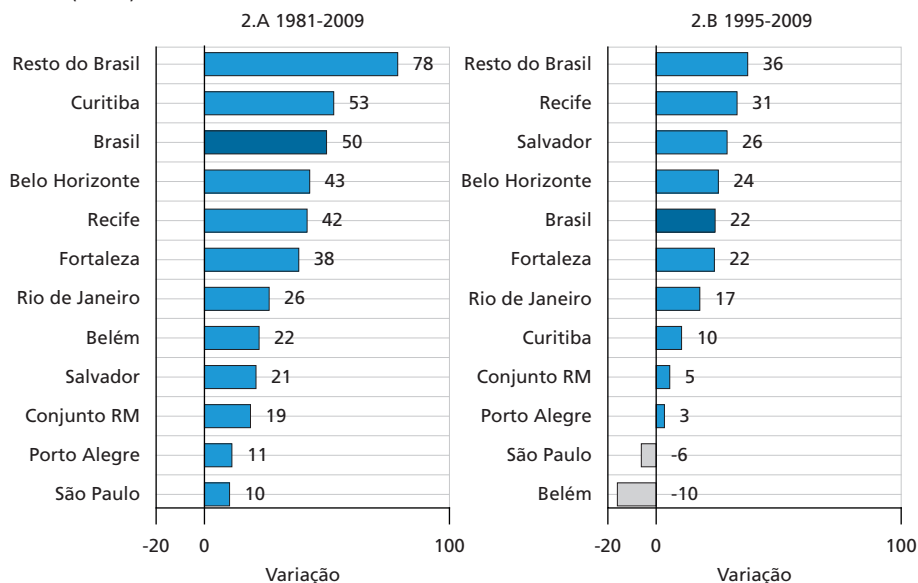
Como visto na seção anterior, nos anos de reestruturação produtiva após a abertura econômica, entre 1996 e 2003, as RMs tiveram crescimento do emprego formal em ritmo mais lento que o do resto do país. Isso se refletiu na variação da renda domiciliar *per capita* média do Brasil metropolitano, que caiu 20%, contra uma contração de apenas 1% no Brasil não metropolitano.

Todas as RMs perderam no período: Belo Horizonte e Porto Alegre apresentaram a menor redução da renda (-9% e -12%, respectivamente); Belém, a maior (-34%); enquanto São Paulo esteve um pouco abaixo da média (-22%).

A recuperação das RMs no período mais recente de crescimento (2003/2009) foi robusta, mas sem alterar significativamente o padrão de convergência. A elevação real da renda *per capita* foi de 28%, contra 35% no resto do Brasil. Vale notar, no entanto, que o desempenho das RMs não foi homogêneo. A renda cresceu 35% ou mais em quase todas, porém nas três mais ricas – Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro – em 2003, os respectivos aumentos foram de 18%, 19% e 27%, o que resultou no crescimento mais baixo do conjunto das RMs.

Os painéis do gráfico 2 mostram a variação real da renda *per capita* no Brasil, no conjunto das RMs, no Brasil não metropolitano e em cada uma das nove RMs entre 1981 e 2009 e entre 1995 e 2009. Nos dois períodos, não apenas o Brasil não metropolitano teve resultados acima da média, como também São Paulo – a RM mais rica em 1981 e historicamente o grande centro econômico do país – apresentou um dos piores desempenhos. Em São Paulo e em Belém, o crescimento registrado nos anos 2000 não foi suficiente para recuperar as perdas da segunda metade da década de 1990. A única RM com ganhos acima da média nacional foi Curitiba, ao ponto de destronar São Paulo e se estabelecer como a RM de maior renda domiciliar *per capita* média a partir de 2007.

**GRÁFICO 2**  
**Varição real da renda domiciliar *per capita* nas regiões metropolitanas, no resto do Brasil e no Brasil como um todo (1981-2009 e 1995-2009)**  
 (Em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE. Elaboração dos autores.

Os determinantes diretos dessas mudanças podem ser investigados com o auxílio de uma decomposição simples. A média da renda domiciliar *per capita* é, por definição, igual à soma das médias de suas  $k$  rendas *per capita* componentes (renda domiciliar *per capita* oriunda de trabalho, de previdência etc.). Por sua vez, a média de uma renda domiciliar *per capita* componente pode ser expressa como o produto da proporção da população que recebe aquela renda ( $p_k$ ) pela renda média dos recebedores ( $r_k$ ):

$$\bar{y} = \sum_{i=1}^k \bar{y}_k = \sum_{i=1}^k p_k r_k \quad (1)$$

Para a decomposição, a renda domiciliar *per capita* foi desagregada em três componentes: renda do trabalho, renda de aposentadorias e pensões, e renda de outras fontes (aluguéis, previdência privada, juros e dividendos, transferências sociais e outras). Obviamente, a simples decomposição da renda média em um único ponto não é muito útil para análise, sendo mais profícuo decompor a variação da renda real *per capita* entre dois pontos no tempo. Com um pouco de álgebra simples, a partir de (1) chega-se à decomposição aditiva da variação temporal:

$$\Delta \bar{y} = \sum_{i=1}^k (\Delta p_k \bar{r}_k + \bar{p}_k \Delta r_k) \quad (2)$$

Na equação 2, para cada  $k$  componente, o primeiro termo indica a contribuição da variação no percentual de pessoas que recebe a renda  $k$  (doravante, efeito recebedores), o segundo é a contribuição da variação do valor médio da renda  $k$  entre os que a recebem (efeito médias). A soma dos dois fatores revela efeito geral da renda  $k$  para a variação na renda *per capita* de cada região.

A tabela 5 apresenta os resultados da decomposição para a comparação entre 1981 e 2009. A variação absoluta da renda *per capita* no resto do Brasil foi o dobro do conjunto das RMs: enquanto este último grupo teve um acréscimo de R\$ 125, a renda *per capita* do Brasil não metropolitano aumentou R\$ 250. Em outras palavras, houve queda tanto na desigualdade relativa entre regiões – como visto no painel 1.B do gráfico 1 – quanto na desigualdade absoluta, dada pela diferença entre as rendas médias.

O padrão de crescimento da renda foi distinto nos dois grupos: no conjunto das RMs, quase dois terços do aumento da renda derivaram da contribuição das aposentadorias e pensões; no resto do Brasil, a renda do trabalho respondeu por mais de 60% do crescimento.

O fraco desempenho do mercado de trabalho metropolitano chama a atenção em especial, porque a dinâmica demográfica neste período foi bastante favorável ao crescimento da renda média, como se pode ver pela expressiva contribuição do efeito “recebedores”. O envelhecimento populacional e a entrada das mulheres no mercado de trabalho contribuíram para ampliar significativamente o tamanho relativo da população ocupada remunerada. Nas RMs, entretanto,

essa dinâmica positiva foi minimizada pela queda de 14% na remuneração média dos ocupados, resultando em um “efeito médias” negativo.

No Brasil não metropolitano, por outro lado, as mesmas mudanças sociais e demográficas ocorreram concomitantemente a um aumento de 16% na remuneração média, de modo que os dois efeitos – recebedores e médias – contribuíram de forma relevante para o crescimento da renda *per capita*.

De fato, em termos absolutos, apenas os avanços no mercado de trabalho não metropolitano já teriam sido suficientes para fazer a renda *per capita* no resto do Brasil crescer mais do que nas RMs (R\$ 154 *vs.* R\$ 125). Se, em 1981, a remuneração média dos ocupados era 76% maior nas RMs do que no resto do Brasil, em 2009 este número já tinha caído para 31%, o que é coerente com os resultados apresentados por Cruz e Natichionni (2012), entre outros.

TABELA 5  
Decomposição do crescimento da renda domiciliar *per capita* nas RMs e no resto do Brasil (1981-2009)

Fontes	Contribuições absolutas (R\$ 2009)		Contribuições relativas (%)	
	RM	Resto do Brasil	RM	Resto do Brasil
Trabalho	51	154	41	61
Efeito recebedores	137	101	110	40
Efeito médias	-86	53	-69	21
Previdência	81	79	65	32
Efeito recebedores	48	42	38	17
Efeito médias	33	37	27	15
Outras rendas	-7	17	-6	7
Efeito recebedores	6	27	5	11
Efeito médias	-13	-9	-10	-4
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>250</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Efeito recebedores	191	170	153	68
Efeito médias	-66	80	-53	32

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

A tabela 6 repete a decomposição para o período 1995-2009, quando a inflação esteve controlada e para o qual as atualizações dos valores nominais do passado para os de 2009, mediante o uso de índices de preços, são menos imperfeitas.

Nesse período mais recente, a convergência foi ainda mais intensa. A variação absoluta da renda *per capita* no resto do Brasil foi quase quatro vezes maior que nas RMs. Sem a contribuição das transferências da previdência social ou da dinâmica demográfica, a renda *per capita* no conjunto das RMs teria diminuído

nesse período. Já no Brasil não metropolitano, todas as rendas subiram, mas o crescimento foi, mais uma vez, puxado pela renda do trabalho.

TABELA 6  
Decomposição do crescimento da renda domiciliar *per capita* nas RMs e no resto do Brasil (1995-2009)

Fontes	Contribuições absolutas (R\$ 2009)		Contribuições relativas (%)	
	RM	Resto do Brasil	RM	Resto do Brasil
Trabalho	-6	85	-17	57
Efeito recebedores	72	54	191	36
Efeito médias	-79	31	-208	21
Previdência	49	51	129	34
Efeito recebedores	24	20	64	13
Efeito médias	24	31	65	21
Outras rendas	-4	13	-12	9
Efeito recebedores	19	25	51	17
Efeito médias	-24	-12	-62	-8
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>150</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Efeito recebedores	116	99	306	66
Efeito médias	-78	51	-206	34

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

O quadro geral, por conseguinte, definitivamente não corresponde aos estereótipos: nas RMs, o aumento do desemprego e a queda da remuneração média do trabalho minimizam os efeitos positivos sobre a renda das mudanças demográficas e da expansão das transferências previdenciárias. No resto do Brasil, o crescimento da renda é impulsionado pelo mercado de trabalho, tanto no que diz respeito ao crescimento do percentual da população com ocupações remuneradas, quanto pelo aumento da remuneração média.

Nas duas comparações, observa-se que o impacto absoluto da Previdência na renda *per capita* tanto nas RMs quanto no resto do Brasil é similar. Como o desempenho das outras fontes, foi distinto nas duas regiões, os números relativos são bem diferentes. Por isso, em todo o período entre 1981 e 2009, apenas o aumento na proporção de beneficiários da Previdência Social responde por quase 40% do crescimento total da renda *per capita* metropolitana, contra somente 17% no resto do Brasil. Na comparação entre 1995 e 2009, observa-se novamente que a Previdência Social contrabalançou em parte os maus resultados do mercado de trabalho nas RMs, impedindo a redução da renda *per capita* metropolitana no período.

As mesmas técnicas usadas para fazer as decomposições apresentadas permitem a construção de cenários contrafactuais que ajudam a compreender os fenômenos descritos. Os três cenários apresentados na tabela 7 são simulados a partir da substituição de alguns valores observados em 2009 pelos registrados em 1981. No primeiro cenário, as características da Previdência Social – isto é, a proporção de beneficiários e o valor real dos benefícios – são mantidas constantes. No segundo, a remuneração média real dos ocupados permanece fixa. Finalmente, o terceiro cenário repete o anterior apenas para a RM de São Paulo.

**TABELA 7**  
**Renda domiciliar *per capita* nas regiões metropolitanas e no resto do Brasil em três cenários contrafactuais**

Cenário	Renda <i>per capita</i> (R\$ out./2009)				Razão	Δ (%)
	Conjunto das RMs	Δ (%)	Resto do Brasil	Δ (%)		
PNAD 2009	799	-	570	-	1.40	-
1) Previdência Social igual a 1981	718	-10.1	491	-13.9	1.46	4.4
2) Remuneração média dos ocupados igual a 1981	895	12.0	510	-10.6	1.76	25.3
3) Remuneração média dos ocupados na RM de São Paulo igual a 1981	843	5.5	570	-	1.48	5.5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

No primeiro cenário, há impactos negativos tanto nas RMs quanto no resto do Brasil, com quedas na renda *per capita*, respectivamente, de 10,1% e 13,9%. A razão entre a renda na RM e no resto do Brasil subiria 4%, aumentando um pouco a desigualdade regional. Ou seja, sem as mudanças ocorridas na Previdência Social desde os anos 1980, não só a renda *per capita* em RM e no resto do Brasil seria menor, como também a desigualdade entre as duas regiões seria um pouco mais elevada.

No segundo cenário, os efeitos são mais radicais. Caso a remuneração média dos trabalhadores ocupados fosse, em 2009, idêntica à de 1981, ou seja, se houvesse apenas estagnação, mas não degradação do mercado de trabalho metropolitano, a renda média *per capita* nas RMs seria 12,0% maior; por outro lado, se não houvesse melhora no resto do Brasil, sua renda seria 10,6% menor. Em consequência disso, a desigualdade regional se manteria no patamar elevado da década de 1980, cerca de 25% maior do que o observado em 2009.

Finalmente, a última linha mostra o peso da crise do mercado de trabalho da RM de São Paulo: se apenas esta RM tivesse mantido o mesmo nível de renda do trabalho do início dos anos 1980, a renda do conjunto das RMs seria 5,5% maior. Na RM de São Paulo propriamente dita, isso implicaria uma renda

*per capita* 15,3% mais alta do que a observada em 2009. A contrapartida disso seria um aumento também de 5,5% na desigualdade regional, medida pela razão entre a renda média das RMs e do resto do Brasil.

#### 4 EFEITOS DA DESIGUALDADE REGIONAL SOBRE A DESIGUALDADE INTERPESSOAL DA RENDA

A importância da desigualdade regional entre as RMs e o resto do país, assim como das RMs entre si para a desigualdade interpessoal de renda pode ser medida por qualquer indicador aditivamente decomponível por subgrupos populacionais. O coeficiente de Gini, o indicador mais popular da desigualdade de renda, infelizmente não possui essa propriedade. Por isso, será usado o índice  $GE(0)$  – ou  $L$  de Theil –, que possui duas propriedades relevantes para a análise: primeiro, por a ponderação da desigualdade intragrupos ser feita pelas frações de população, permite uma interpretação contrafactual da contribuição da desigualdade entre os grupos para a desigualdade total (Shorrocks, 1980); segundo, por permitir facilmente uma decomposição “dinâmica” da desigualdade de renda entre dois momentos (Mookherjee e Shorrocks, 1982).

Além de decompor a desigualdade nacional como a soma da desigualdade entre as RMs e o resto do Brasil com a desigualdade intraRM e a desigualdade dentro do Resto do Brasil, a desigualdade intraRM também pode ser decomposta em desigualdade entre as RMs e dentro de cada RM. Como a desigualdade intraRM está hierarquicamente abaixo da desigualdade nacional, é possível estimar a contribuição da desigualdade entre as RMs para a desigualdade nacional (Cowell, 1985).

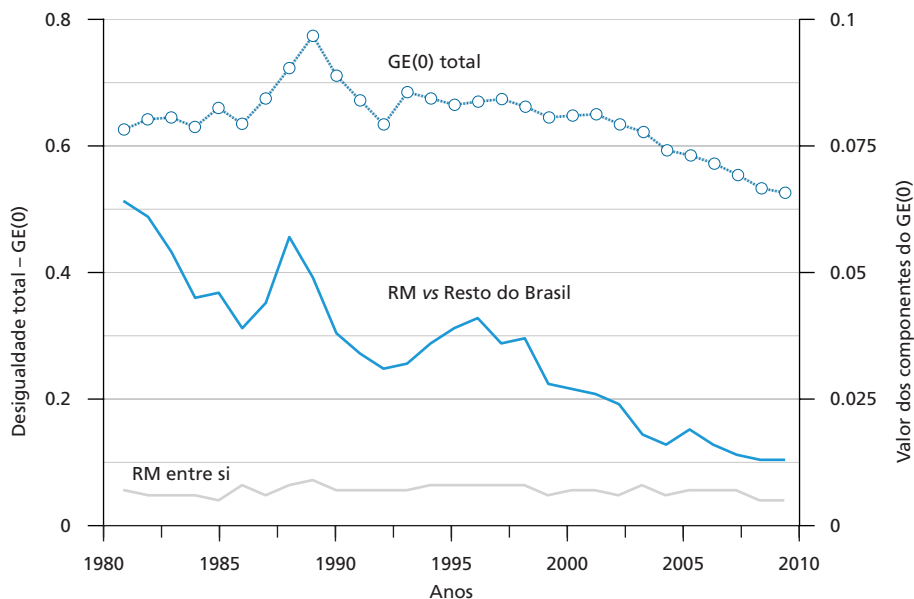
No gráfico 3, a linha com marcadores corresponde à desigualdade total medida pelo  $GE(0)$ , cujos valores absolutos estão no eixo vertical à esquerda. A linha sem marcadores é a parte da desigualdade total produzida pela diferença entre a renda média do conjunto das RMs e do resto do Brasil, e seus valores absolutos estão no eixo da direita. A linha pontilhada que representa a parcela da desigualdade total devida à desigualdade entre as RMs também está associada ao eixo vertical direito.

A tendência da desigualdade nacional se enquadra no já descrito por vários estudos dedicados à queda da desigualdade de renda, como os de Soares (2006), Barros *et al.* (2006), Hoffmann (2006) e Ferreira *et al.* (2006), entre outros. Excetuando o pico devido à hiperinflação em 1989, a desigualdade flutua pouco em torno de um elevado patamar de 1981 até a segunda metade dos anos 1990, quando começa uma trajetória de queda, que se acentua a partir dos anos 2000.



GRÁFICO 3

**Brasil: desigualdade total e componentes relativos à desigualdade entre o conjunto das RMs e o resto do Brasil e das RMs entre si (1981-2009)**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

O componente relativo à desigualdade entre as RMs e o resto do Brasil apresenta um comportamento distinto, com uma tendência clara de queda desde o início dos anos 1980 e apenas dois picos temporários – no final dos anos 1980 e em meados da década de 1990 –, algo esperado como resultado do processo de convergência de renda descrito na seção anterior. Finalmente, a contribuição da desigualdade entre as RMs manteve-se estável ao longo de todo o período.

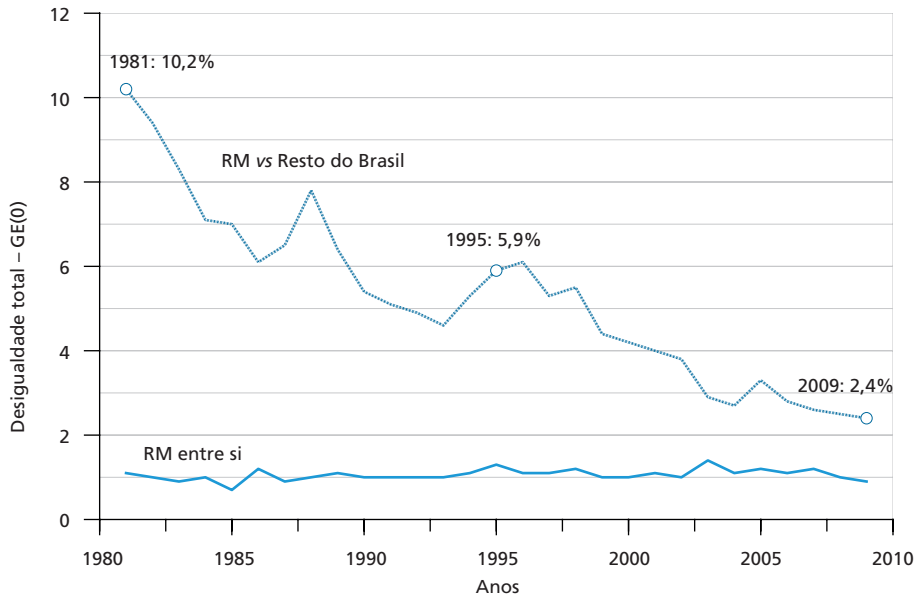
O gráfico 4 mostra a participação relativa dos dois componentes – desigualdade entre as RMs e o resto do Brasil e desigualdade das RMs entre si – como porcentagem da desigualdade total. Em 1981, o primeiro componente, relativo à desigualdade entre as RMs e o resto do Brasil, representava pouco mais de 10% da desigualdade total. Como o GE(0) pode ser interpretado contrafactualmente, isso significa que a desigualdade brasileira naquele ano seria 10% menor se não houvesse o conjunto das RMs e o resto do país tivessem a mesma renda média.

Como a desigualdade entre as RMs e o Brasil não metropolitano caiu em um ritmo mais rápido do que a desigualdade total, o peso desse componente diminuiu progressivamente ao longo do tempo. Em 1995, ele dava conta de quase 6% da desigualdade total; em 2009, apenas 2,4%, sinalizando a velocidade da convergência de

renda entre as regiões. Já o peso da desigualdade das RMs entre si, por sua vez, pouco muda ao longo do tempo, representando cerca de 1% da desigualdade total no Brasil.

#### GRÁFICO 4

**Brasil: peso na desigualdade total dos componentes relativos à desigualdade entre o conjunto das RMs e o resto do Brasil e das RMs (1981-2009)**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

Além da análise estática, é possível também fazer a análise dinâmica do  $GE(0)$ . Com base em uma divisão em dois períodos – 1981-2009 e 1995-2009 –, pode-se estimar a contribuição da variação da desigualdade entre o conjunto das RMs e o Brasil não metropolitano para a variação da desigualdade total.<sup>5</sup> A decomposição aproximada pode ser feita de acordo com a fórmula (ver Mookherjee e Shorrocks, 1982):

$$\Delta GE(0) \cong \sum_{j=1}^k \bar{p}_j \Delta GE(0)_j + \Delta p_j \overline{GE(0)}_j + [\bar{\lambda}_j - \overline{\log(\lambda)}_j] \Delta p_j + (\bar{v}_j - \bar{p}_j) \Delta \log(\bar{v}_j) \quad (3)$$

Onde  $p_j$  e  $GE(0)_j$  são, respectivamente, a proporção da população e a desigualdade interna do  $j$ -ésimo grupo;  $\lambda_j$ ,  $v_j$  e  $\bar{v}_j$  são, respectivamente, a razão entre a renda média e a média geral; a proporção da renda total e a renda média do  $j$ -ésimo grupo.

5. Como tem pouco peso e sua flutuação não segue nenhuma tendência clara, não se realizou a decomposição da desigualdade entre as nove RMs.

O primeiro termo é o chamado “efeito puro da desigualdade”, isto é, o efeito de mudanças na desigualdade intragrupos; o segundo e o terceiro termos são os “efeitos de alocação”, os efeitos de mudanças nos tamanhos dos grupos; o quarto termo é o “efeito renda”, o resultado de mudanças nas diferenças entre as médias dos grupos.

A tabela 8 traz os resultados dessas decomposições. Nos dois casos, vê-se que o “efeito renda” – isto é, a diminuição da desigualdade entre os grupos – apresenta contribuições relevantes para a queda da desigualdade, especialmente no período mais longo. Entre 1981 e 2009, a convergência da renda média do conjunto das RMs e do resto do Brasil respondeu por mais da metade da queda da desigualdade; entre 1995 e 2009, por quase 20%. Nos dois casos, todo o resto da variação da desigualdade pode ser atribuído às mudanças dentro de cada grupo: como a fração de população vivendo nas RMs permaneceu basicamente constante ao longo do período, o efeito alocação é bem próximo de zero.

TABELA 8  
Brasil: decomposição da variação do L de Theil (1981-2009 e 1995-2009)

Efeitos	1981-2009		1995-2009	
	Total	(%)	Total	(%)
Efeito puro	-0.048	48,7	-0.112	80,6
Efeito alocação	0.000	0,1	0.000	0,0
Efeito renda	-0.051	51,1	-0.027	19,4
$\Delta GE(0)$	-0.099	100,0	-0.139	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

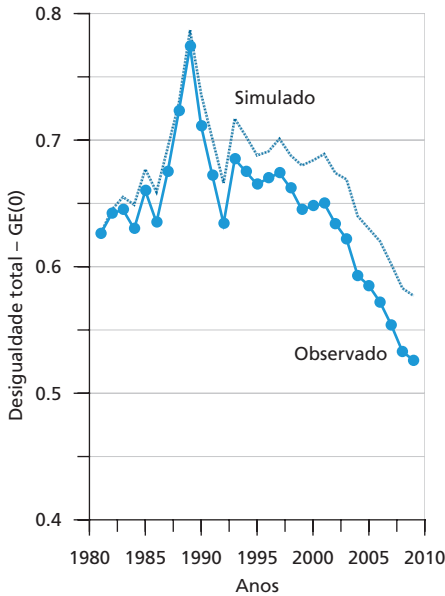
A partir desses dados, é fácil simular quão alta seria a desigualdade entre indivíduos no Brasil caso a razão entre a renda *per capita* nas RMs e no resto do Brasil tivesse permanecido constante. Os painéis do gráfico 5 mostram os resultados: a renda de cada grupo foi reponderada para que a razão permanecesse em 2.11 – valor registrado em 1981 –, de forma que apenas a desigualdade interna de cada grupo varia de ano para ano.<sup>6</sup> No painel, à esquerda, são apresentados os números absolutos da desigualdade, comparando o GE(0) observado com o simulado; no painel à direita, a variação percentual da desigualdade simulada em relação à observada.

6. O tamanho relativo dos grupos também poderia variar, mas o que se observou, de fato, como já foi dito, é que ele permaneceu relativamente constante.

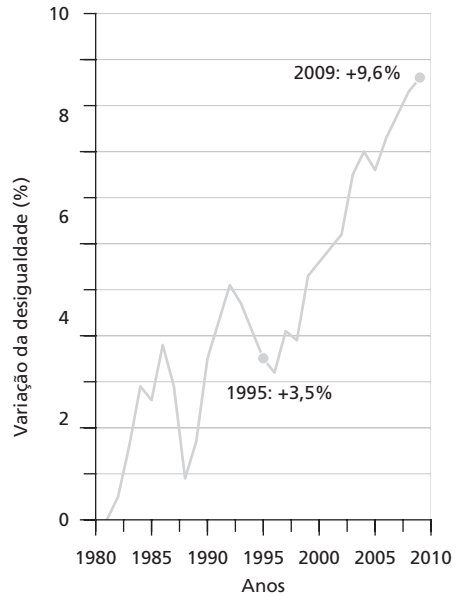
## GRÁFICO 5

## Brasil: desigualdade total observada e simulada (1981-2009)

5.A Desigualdade total observada e simulada



5.B Variação da desigualdade simulada em relação à observada



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em microdados/IBGE.  
Elaboração dos autores.

Dada a convergência de renda, as representações gráficas denotam o distanciamento da desigualdade simulada em relação à observada. Em 1995, a desigualdade seria 3,5% maior sem convergência; em 2009, quase 10%. Na ausência de convergência, a queda recente da desigualdade interpessoal de renda teria sido mais lenta: entre 1995 e 2009, o GE(0) observado caiu 21%, mas o simulado recuou apenas 16%.

## 5 CONCLUSÕES

Nas últimas três décadas, sob a ótica da renda, as nove RMs criadas na década de 1970 tiveram uma trajetória distinta do restante do Brasil. Essa diferença produziu duas histórias. Uma é a do Brasil dinâmico e em acelerado desenvolvimento, no qual o aumento das oportunidades de trabalho com remuneração média crescente, aliado à expansão das transferências governamentais, gera significativos ganhos de bem-estar que se traduzem em aumentos da renda média e redução da desigualdade. Outra é a de um Brasil cada vez mais dependente das transferências governamentais, no qual o desemprego aumenta e a remuneração decresce.

Engana-se, porém, quem apressadamente identificar o Brasil metropolitano à primeira história: atualmente, essa é a do resto do Brasil. Durante boa parte do

século XX, algumas das regiões que se tornaram oficialmente RMs na década de 1970 foram, de fato, as locomotivas do desenvolvimento nacional. Ao instituí-las formalmente, o regime militar parece ter pretendido continuar a promover enfaticamente seu desenvolvimento – uma estratégia que previsivelmente levaria ao aumento da desigualdade, então já pronunciada, entre as RMs e o resto do país.

Contudo, posteriormente, as RMs foram mais afetadas que o resto do país pelas crises dos anos 1980, os projetos de desenvolvimento que suscitaram sua institucionalização foram relegados ao esquecimento pela redemocratização e a Constituição de 1988 levou ao aumento das transferências do governo federal para os estados e municípios, e também para a população, por meio da expansão da Previdência e da Assistência Social. Por esses e outros motivos, a partir dos anos 1980 as RMs passaram a viver a história que era do resto do Brasil que, por sua vez, assumiu uma nova e mais próspera trajetória. A despeito disso, o resto do país ainda não alcançou o nível médio de bem-estar ostentado pelas RMs.

Como quem vai bem a partir dos anos 1980 era quem ia mal antes, e quem passa a ir mal antes estava tão bem a ponto de continuar melhor, a troca de trajetórias gerou uma reconfiguração da desigualdade regional. Há algum tempo estudos adotando uma variedade de unidades de análise, como municípios e áreas mínimas comparáveis, já apontavam mudanças em indicadores que sinalizavam a redução da desigualdade regional em vários aspectos. Análises comparando as RMs ao restante do Brasil já haviam chamado atenção aos indicadores de maior dinamismo do Brasil não metropolitano, à acelerada desconcentração da produção industrial e à menor expansão do emprego formal e do emprego industrial nas RMs, conjugada ao aumento da informalidade. Tudo isso contribuiu para a convergência da renda e a redução da desigualdade entre o Brasil metropolitano e o resto do país.

A convergência de renda das RMs e do resto do Brasil, a partir dos anos 1980, se reflete não apenas nos PIBs regionais, mas também em mudanças no nível e na forma da distribuição interpessoal da renda domiciliar *per capita*. Nesse caso, os dados apresentados não deixam dúvidas quanto ao protagonismo da renda do trabalho para a convergência. Também mostram que as RMs continuam a ser as regiões mais ricas do país, mas deixaram de ter os mercados de trabalho mais dinâmicos. Sofrem os efeitos da desconcentração produtiva que beneficia o restante do país e contribui para a redução da desigualdade regional.

Os números que delinham a reconfiguração da desigualdade regional são eloquentes. De 1981 a 2009, a renda domiciliar *per capita* média real no Brasil não metropolitano cresceu R\$ 250, duas vezes o crescimento nas RMs. A maior parte do crescimento da renda fora das RMs – 61% – veio do aumento da renda do trabalho. Em contraste, nas RMs, cerca de dois terços do aumento da renda foram devidos ao aumento do número de beneficiários e dos valores

transferidos pela Previdência Social, enquanto a remuneração do trabalho caiu, e o desemprego e a informalidade aumentaram. No período 1995-2009, não fosse a contribuição das transferências previdenciárias, principalmente via aumento do número de beneficiários, a renda média real dos habitantes das RMs teria caído.

Graças à convergência de renda, a desigualdade entre regiões se reduziu e contribuiu bastante para a recente queda da desigualdade nacional de renda. Embora a queda seja registrada por todos os indicadores de desigualdade que compartilham as propriedades da curva de Lorenz, a intensidade da contribuição da queda da desigualdade regional para a queda da desigualdade interpessoal de renda depende do indicador escolhido. Por várias razões, aqui se optou pelo GE(0), que é particularmente sensível às mudanças na extremidade mais pobre da distribuição.

Segundo a decomposição do GE(0), a redução da desigualdade entre as RMs e o resto do país foi responsável por metade da queda da desigualdade na distribuição nacional da renda domiciliar *per capita* de 1981 a 2009. No período 1995-2009, a queda da desigualdade regional foi responsável por 20% da redução da desigualdade de renda. Nesse período, a desigualdade de renda caiu 21%, mas, se não tivesse havido convergência da renda, com as médias permanecendo no nível de 1995, a desigualdade de renda teria caído apenas 16%.

A reconfiguração em curso da desigualdade regional é positiva para o país, especialmente na medida em que tem passado longe de quaisquer possíveis dilemas entre eficiência e equidade. Apesar disso, é compreensível que os habitantes das RMs tenham uma interpretação mais pessimista do fenômeno, uma vez que são diretamente afetados pela perda do dinamismo dos mercados de trabalho locais. O ideal, obviamente, é que o processo observado nos últimos anos continue e todos cresçam, ainda que em velocidades diferentes. O que é inevitável, contudo, é que as regiões mais ricas, como as RMs, precisam continuar arcando no mínimo com perdas relativas para que se possam diminuir as desigualdades regionais, com todos os efeitos positivos que isso acarreta também sobre a desigualdade interpessoal de renda.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. Estimativas para o produto interno bruto dos municípios brasileiros: estudo comparativo com os PIBs municipais de Minas Gerais. *In*: PAULA, J. A. *et al.* (eds.) **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira**, v. 2. Belo Horizonte: Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

\_\_\_\_\_. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001a.

\_\_\_\_\_. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/1996. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001b.

AZZONI, C. R. Concentração regional e dispersão das rendas *per capita* estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. **Estudos Econômicos**, v. 27, n. 2, p. 341-393, 1997.

BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. Convergence across states and regions. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 1991, n. 1, p. 107-182, 1991.

\_\_\_\_\_. Convergence. **Journal of Political Economy**, v. 100, n. 2, p. 223-251, 1992.

BARROS, A. **Desigualdades regionais no Brasil**: natureza, causas, origens e soluções. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente, v. 2, 2006.

BRANO, M. L. G. C.; PEREIRA, R. H. M.; NADALIN, V. G. **Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil**: um exercício a partir dos critérios da década de 1970. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1860).

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez., 2005.

CRUZ, B. O.; NATICCHIONI, P. Falling urban wage premium and inequality trends: evidence for Brazil. **Investigaciones Regionales**, v. 24, p. 91-113, 2012.

FERREIRA, A. H. B. Convergence in Brazil: recent trends and long-run prospects. **Applied Economics**, v. 32, n. 4, p. 479-489, 2000.

FERREIRA, A. H. B.; DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, p. 38-56, 1995.

FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; LITCHFIELD, J. A.; ULYSSEA, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. *In*: PEREIRA, L. (Org.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

GALVÃO, M. V. *et al.* Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Geográfica**, n. 70, p. 57-89, 1969.

GARSON, S. Regiões metropolitanas: diversidade e dificuldade fiscal da cooperação. **Cadernos Metrópole**, v. 11, n. 22, p. 435-451, jul./dez., 2009.

GONDIM, J. L. B.; BARRETO, F. A.; CARVALHO, J. R. Condicionantes de clubes de convergência no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 37, n. 1, p. 71-100, jan./mar., 2007.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões entre 1997 e 2005. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**, v. 2, 2006.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Faces da metropolização no Brasil: desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. *In*: \_\_\_\_\_. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Infraestrutura Econômica, Social e Urbana**, l. 6, v. 2. Brasília: Ipea, 2010.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, n. 3, p. 483-499, 1991.

KRUGMAN, P.; VENABLES, A. Globalization and the inequality of nations. **Quarterly Journal of Economics**, v. 110, n. 4, p. 857-880, 1995.

LAURINI, M.; ANDRADE, E.; PEREIRA, P. L. V. Income convergence clubs for Brazilian municipalities: a non-parametric analysis. **Applied Economics**, v. 37, n. 18, p. 2.099-2.118, 2005.

LEMOS, M. B. Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD. **Parcerias Estratégicas**, n. 22, junho, 2006.

LEMOS, M. B.; MORO, S.; BIAZI, E.; CROCCO, M. A. A dinâmica urbana das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Aplicada**, v. 7, n. 1, p. 213-244, 2003.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MAGALHÃES, J. C. R.; MIRANDA, R. B. Dinâmica da renda *per capita*, longevidade e educação nos municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, v. 39, n. 3, p. 539-569, jul./set., 2009.



MOOKHERJEE, D.; SHORROCKS, A. F. A decomposition analysis of the trend in UK income inequality. **The Economic Journal**, v. 92, n. 368, p. 886-902, dezembro, 1982.

MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped regions**. Londres: Gerald Duckworth & Company Ltd., 1957.

QUAH, D. T. Galton's fallacy and the tests of convergence. **Scandinavian journal of economics**, v. 95, p. 427-443, 1993.

\_\_\_\_\_. Empirics for growth and distribution: stratification, polarization, and convergence clubs. **Journal of Economic Growth**, v. 2, n. 1, p. 27-59, 1997.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Padrão espacial da evolução do emprego formal – 1995-2003. **Texto para Discussão n. 1.102**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

REIS, E. *et al.* **Estimativas do PIB dos municípios brasileiros, 1970-1996**: metodologia e resultados. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1.064).

RESENDE, G.; MAGALHÃES, J. C. R. **Disparidades do produto interno bruto (PIB) per capita no Brasil**: uma análise de convergência em diferentes escalas regionais (1970-2008). Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1.833).

ROCHA, S. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. **Econômica**, v. 2, n. 4, p. 5-24, dezembro, 2000.

ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. **Journal of political economy**, v. 94, n. 5, p. 1.002-1.037, 1986.

SHORROCKS, A. F. The class of additively decomposable inequality measures. **Econometrica**, v. 48, n. 3, p. 613-625, abril, 1980.

SOARES, S. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.166).

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. **Lua Nova**, n. 59, p. 137-158, 2003.

WILLIAMSON, J. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. **Economic Development and Cultural Change**, v. 13, n. 4, p. 1-65, 1965.

